

DF

Para manter grades, Cruzeiro não quer mais ser patrimônio mundial

A Administração Regional do Cruzeiro quer que a satélite seja retirada da área tombada como patrimônio mundial. O pedido foi encaminhado ao Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) em resposta a um ofício desta instituição, que deu prazo de 15 dias, encerrado hoje, para que fossem retiradas as grades já instaladas em mais de 100 prédios. Parecer técnico do IBPC e do Departamento Histórico e Artístico do DF (DePHA), em resposta à consulta da Administração do Cruzeiro, considera irregular cercar os pilotis dos prédios do Cruzeiro.

Ao fazer a consulta, o administrador João Roberto Castilho pretendia fazer valer a Lei nº 544, de setembro do ano passado, que autoriza a instalação de grades nas áreas comuns e nos pilotis dos blocos residenciais de várias satélites. No caso do Cruzeiro, o artigo 2º condiciona a permissão à aprovação do IBPC, já que a cidade está sob "especial proteção federal" devido ao tombamento do Conjunto Urbanístico de Brasília, do qual faz parte.

O grupo de trabalho do IBPC e DePHA ressaltou que a instalação dessas grades viola as normas e critérios de ocupação do Cruzeiro,

pois o conjunto das colunas que sustentam os edifícios residenciais, permitindo a livre circulação no térreo — pilotis — são caracterizados como de domínio público e não restrito aos moradores.

"Se fossem permitidas essas grades no Cruzeiro, como impedir os mesmos nos blocos das quadras do Plano Piloto?", questiona a coordenadora da 14ª Regional do IBPC, Célia Corcino. A alternativa encontrada pelo administrador da cidade foi pedir que o Cruzeiro deixe de fazer parte da área tombada. "Quando houve o tombamento, o Cruzeiro fazia parte do Plano Piloto, mas agora é uma cidade-satélite e queremos maior independência", afirma João Roberto Castilho. Ele defende que não há motivo para que a cidade seja tombada, pois "é uma área residencial, sem museus, monumentos ou outros prédios assim".

Segurança — Segundo Castilho, as grades são necessárias por questão de segurança. "Nós também gostaríamos de não ter que colocar cercas em volta dos prédios mas a insegurança é muito grande", diz. Ele argumenta que os blocos do

Cruzeiro são menores que os do Plano Piloto e "os pedestres não têm que dar uma volta muito grande por não poderem passar por debaixo dos edifícios".

"Iremos aguardar uma resposta ao documento encaminhado ao IBPC e por enquanto não tomaremos nenhuma providência em relação à retirada das grades", afirma Castilho. Embora essa questão tenha sido a principal motivação da sua proposta, ele ressalta que o fim do tombamento traria outras vantagens para a cidade. Como exemplo, Castilho cita a implementação imediata da Avenida Comercial do Cruzeiro, que está prevista em lei mas depende de parecer do IBPC.

"Essa questão das grades é um problema específico e nós devemos ver o tombamento de uma forma mais global", afirma Célia Corcino. Ela explica que a decisão em relação à alteração da área tombada não cabe ao IBPC e diz que, pessoalmente, considera muito difícil que seja aprovada porque o Conjunto Urbanístico de Brasília é tombado inclusive pela Unesco. No entanto, ela ressaltou ontem que o IBPC só iria se pronunciar após receber o documento da

administração.

Omissão — Célia Corcino reclama que houve um grande número de grades instaladas nos prédios do Cruzeiro a partir da promulgação da Lei nº 544. Ela conta que em outubro de 1993, o administrador da cidade recebeu um ofício informando-o do parecer do IBPC/DePHA, que recomenda, entre outras coisas, que fossem retiradas as grades instaladas e indeferidos pedidos de novas instalações. "A administração foi omissa", acusa.

A coordenadora da 14ª Regional do IBPC diz que, com o fim do prazo dado para a retirada das grades, o problema será encaminhado à Procuradoria Jurídica do órgão. "Como já está acompanhando esse caso, o Ministério Público deverá agilizar alguma ação para que se cumpra a legislação", afirma. Ela ressalta que recebeu várias reclamações de moradores do Cruzeiro em relação à instalação de cercas, que continua acontecendo. "Há outras alternativas para o problema de segurança, como colocar grades nas entradas que dão acesso aos apartamentos", opina.